

Mylene Comploier

**BENS APREENDIDOS
NO PROCESSO
PENAL**

Gestão e Destinação

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8450-7

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

1132065

C737 Comploier, Mylene.
 Bens apreendidos no processo penal: gestão e destinação./ Mylene Comploier./ Curitiba: Juruá, 2018.
 186p.

1. Processo penal. 2. Busca e apreensão. I. Título.

CDD 345.05 (22.ed)

CDU 343.1

00174

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 NOVAS PERSPECTIVAS PARA A ATUAÇÃO DO ESTADO NO COMBATE À CRIMINALIDADE	23
1.1 CRIME ORGANIZADO E DIPLOMAS INTERNACIONAIS RELACIONADOS À APREENSÃO DE BENS	30
1.2 A NOVA POLÍTICA CRIMINAL FOCADA NA PRIVAÇÃO DOS GANHOS DECORRENTES DAS ATIVIDADES ILÍCITAS	31
1.3 O GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA CONTRA A LAVAGEM DE DINHEIRO E O FINANCIAMENTO AO TERRORISMO (GAFI) E SUAS 40+9 RECOMENDAÇÕES	36
1.4 <i>A COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS (CICAD)</i>	45
2 GESTÃO DOS BENS APREENDIDOS NO PROCESSO PENAL	49
2.1 EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	50
2.2 DIRETRIZES INTERNACIONAIS RELACIONADAS À GESTÃO DE BENS APREENDIDOS	52
2.2.1 Orientações do GAFI	52
2.2.2 O Projeto Bidal (<i>Bienes Incautados y Decomisados en América Latina</i>).....	60
2.3 DIAGNÓSTICO DO ATUAL SISTEMA EFETUADO PELA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV DIREITO RIO)	64
2.4 BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE BENS EM CURSO NO BRASIL	75
2.4.1 Ações/Metas da Enccla sobre Bens Apreendidos	76
2.4.2 O Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA)	84

2.4.3	O Manual de Bens Apreendidos Editado pelo CNJ	90
2.4.4	Cooperação Jurídica Internacional para Recuperação de Ativos	93
3	A DESTINAÇÃO DOS BENS APREENDIDOS	101
3.1	MODELOS INTERNACIONAIS DE GESTÃO E DESTINAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	101
3.1.1	Portugal e o Projeto Fenix.....	102
3.1.2	O Modelo Italiano de Gestão de Bens	107
3.1.3	O Modelo Francês de Gestão de Bens – a AGRASC	115
3.2	A DESTINAÇÃO PROVISÓRIA DE BENS NO DIREITO BRASILEIRO.....	118
3.2.1	A Alienação Antecipada.....	119
3.2.2	O Encaminhamento aos Depósitos Judiciais ou Policiais	125
3.2.3	A Nomeação de um Depositário ou Administrador e a Questão do Depósito em Poder do Infrator	127
3.2.4	A Destinação dos Bens para Uso Provisório de Entidades Públicas ou com Finalidade Social	131
3.3	A DESTINAÇÃO DEFINITIVA DE BENS NO DIREITO BRASILEIRO.....	135
3.3.1	A Destinação dos Bens Apreendidos em Geral (CPP)	135
3.3.2	A Destinação dos Bens Apreendidos pela Lei de Drogas	136
3.3.3	A Destinação dos Bens Apreendidos pela Lei de Lavagem de Dinheiro	137
3.3.4	Outras Destinações Específicas	138
3.4	PROPOSTAS DE NOVOS MODELOS DE GESTÃO DE BENS PARA O DIREITO BRASILEIRO.....	140
3.4.1	O Projeto de Lei 2.902/2011	141
3.4.2	A Perda Alargada e a Ação Civil de Extinção de Domínio.....	152
3.4.3	A Proposta de Instituição de Agências Regionais para a Gestão de Bens Apreendidos	160
	CONCLUSÃO	167
	REFERÊNCIAS	171
	ÍNDICE REMISSIVO	177